

PORTUGUÊS**EDUCAÇÃO E ÉTICA SOCIAL**

Por Ignez Martins Tollini*

1 O crescimento da educação pública no Brasil é um fator positivo para que milhões de pessoas saiam da pobreza e venham a ser atores na sociedade. Contudo, esse mesmo crescimento deve também ser avaliado por seu mau funcionamento.

5 Desde as primeiras décadas do século passado, renitentes problemas da educação desafiam a pesquisa científica, o bom senso de educadores e os planos de mudança de sucessivos governos. Tais fatos fazem com que, no atual momento, as esperanças de mudança da qualidade da educação pública estejam muito fragilizadas.

11 Esse pessimismo pode trazer consigo algumas vantagens. Uma delas é fazer com que pessoas na área educacional, e mesmo fora dela, questionem a má qualidade da educação, principalmente a educação oferecida a todo o povo, a educação básica. Nessa era globalizada, esse questionamento pode atravessar fronteiras e suscitar opiniões que se agregam à perplexidade de analistas nacionais.

18 A recente declaração de respeito do Professor norte-americano da Universidade de Stanford, Martin Carnoy, é exemplar. Ao declarar que “professores brasileiros não sabem ensinar”, Carnoy reforça a seguinte conclusão da pesquisa divulgada pelo Ministério da Educação em setembro: “737 mil universitários cursam universidades, faculdades e centros universitários ruins”. Tais achados parecem deletérios à primeira vista, mas têm o mérito de revelar a verdade.

26 Coincidência ou não, em vários setores públicos a procura da “verdade” é assunto importante. Não pode ser diferente na área da educação. As revelações acima mostram que a educação brasileira está em perigo. Mais especificamente, mostram que existem sérios problemas relacionados com instituições e professores na área educacional, o que suscita justa indagação sobre a formação de professores nas Faculdades de Educação.

33 Os universitários formados nas Faculdades de Educação ruins por certo serão “professores que precisam de adicionais conhecimentos para aprender a ensinar”. As observações de Carnoy, e anteriores observações de acadêmicos brasileiros, fazem crer que as Faculdades de Educação, em geral, devem reavaliar suas capacidades de avançar e transmitir conhecimento e providenciar a prática de metodologias de ensino, talvez à moda das antigas “escolas de aplicação”.

41 Entretanto, a revelação da má qualidade da educação, em seu aspecto científico e técnico, não esgota a procura da verdade na problemática apontada acima. É necessário considerar os aspectos morais que com ela coexistem, mas que não estão a ela ligados. Em outras palavras, a ciência deve ter permanente diálogo com comportamentos morais. Se isso não acontece, os resultados da ação educativa são prejudicados e a formação dos estudantes, no caso em questão, dos futuros professores, é, no mínimo, incompleta.

50 Os princípios da ética social, tais como transparência, honestidade e responsabilidade, não devem ser ignorados nas instituições de formação de professores e alunos. Às vezes, a não observância desses princípios e outros do mesmo teor fica oculta, com grande prejuízo para a educação como um todo. A falta de debate sobre o assunto, por si só, contraria as determinações do art. 37 da Constituição.

57 Quando instituições educacionais de formação de professores, as Faculdades de Educação por excelência, por motivos não explicitados, permitem que fatores tais como utopias, ideologias e preconceitos se sobreponham aos verdadeiros deveres e responsabilidades da ação educativa, cometem grave falta de respeito aos direitos sociais dos cidadãos. É negado a esses a oportunidade de se prepararem para exercer sua cidadania com a necessária competência intelectual e moral.

*Mestre em Educação Brasileira (UnB), Master of Sciences in Education (Purdue University) e Ph.D. in Education (Universidade de Londres).

Fonte: TOLLINI, Ignez Martins. Educação e Ética Social. L&C. Revista de Administração Pública e Política. São Paulo. Ano XII. Nº 137. Nov. de 2009. Editora Consulex

01 – Conforme o texto a esperança de mudança na educação pública está fragilizada devido a:

- A) o fato de milhões de brasileiros viverem na pobreza;
- B) o mau funcionamento da educação;
- C) os problemas que desafiam a pesquisa científica;
- D) problemas que desafiam tanto a pesquisa quanto professores e governantes;
- E) problemas nos planos dos governos.

02 – Os fatos “desmoralizadores” relacionados com a educação pública apresentados no texto são:

- A) a revelação de que a educação brasileira está em perigo e que milhões de pessoas vivem na pobreza;
- B) o questionamento da má qualidade da educação e os planos de mudanças de sucessivos governantes;
- C) declaração sobre professores brasileiros não saberem ensinar e a má formação desses professores em centros universitários de má qualidade;
- D) a globalização e a perplexidade de analistas nacionais sobre a educação pública;
- E) a revelação do Ministério da Educação e a perplexidade de analistas nacionais.

03 – Uma das soluções apresentadas para os problemas que “insistem” em desafiar a pesquisa, professores e governantes acerca da educação pública pode ser:

- A) a aplicação de conhecimentos adicionais para professores já formados;
- B) a reavaliação de centros universitários na busca de avanços na transmissão de conhecimentos e provisão de práticas de pedagógicas;
- C) a busca da verdade em vários setores públicos em áreas diferentes da educação;

- D) o questionamento sobre o mau funcionamento da educação pública;
- E) a apreciação de alguns fatos que, embora deletérios, podem enunciar uma verdade acerca da educação.

04 – A autora do texto evoca um dispositivo constitucional para chamar a atenção para uma discussão que parece não existir. Essa discussão se desenvolve, dentre muitas outras coisas, em torno:

- A) da improbidade que alguns administradores escolares mantêm durante seu período de gestão escolar;
- B) da ilegalidade de os pais participarem da administração dos recursos dispensados às escolas;
- C) da impessoalidade com que os gestores educacionais tratam os professores e os funcionários;
- D) da ineficiência de funcionários e professores que é severamente punida pelos gestores escolares;
- E) da moralidade que têm todos os gestores escolares em face da educação pública.

05 – O artigo apresentado trata sobre a educação pública brasileira e a questão da ética. A autora se apóia em, pelo menos, duas premissas para sustentar a tese de que essa educação passa por uma séria fragilidade. Os dois argumentos em que se baseia a autora são:

- A) a falta de ética de alguns professores, bem como a improbidade de alguns gestores escolares;
- B) a crença em alguns fatores como utopias, ideologias e preconceitos, além da má qualidade do ensino superior;
- C) os princípios de ética que não são observados e a falta de debates sobre as leis que tratam da educação;
- D) a negação do direito à educação e a falta de responsabilidade na ação educativa;
- E) a declaração de um professor norte-americano e os resultados de uma pesquisa realizada pelo MEC que aponta o precário ensino superior brasileiro.

06 – Nas sentenças abaixo **todas** as conjunções “**e**” destacadas têm valor semântico aditivo, **exceto** em:

- A) [...] desafiam a pesquisa científica, o bom senso de educadores **e** os planos de mudança de sucessivos governos;
- B) [...] devem reavaliar suas capacidades de avançar **e** transmitir [...];
- C) [...] conhecimento **e** providenciar a prática de metodologias de ensino;
- D) [...] milhões de pessoas saíam da pobreza **e** venham a ser atores na sociedade;
- E) [...] ação educativa são prejudicados **e** a formação dos estudantes [...].

07 – O termo “**contudo**” (linha 3) expressa ideias opostas. No texto as ideias contrárias explicitadas por esse termo são respectivamente:

- A) os problemas por que passa a educação pública brasileira e a questão ética e moral;
- B) o fato de milhões de pessoas saírem da pobreza e o mau crescimento da educação pública brasileira;

- C) o feito do crescimento da educação brasileira e o mau funcionamento do sistema educacional;
- D) o crescimento da educação brasileira e o mau funcionamento do ensino superior brasileiro;
- E) o fato de milhões de brasileiros passarem a ser atores na sociedade e os planos de mudanças de sucessivos governos.

08 – Na linha 12 do texto, o termo “**e mesmo**” denota um valor semântico de:

- A) condição que adiciona um novo pensamento;
- B) ênfase que quebra com uma expectativa;
- C) suposição que contraria uma ideia já mencionada;
- D) consequência que substitui uma ideia nova já mencionada;
- E) hipótese que contraria uma ideia que está por vir.

09 – O termo “**isso**” (linha 46) faz uma retomada anafórica, respectivamente, de:

- A) ação educativa e formação de estudantes;
- B) formação de estudantes e formação de professores;
- C) procura da verdade e aspectos morais
- D) aspectos morais e aspectos pedagógicos;
- E) ciência e comportamentos morais.

10 – O termo “**entretanto**” (linha 41) introduz uma ideia contrária à outra previamente estabelecida. **Todas** as ideias abaixo têm valor oposto à ideia primeira introduzida por “**entretanto**”, **exceto** em:

- A) a revelação da má qualidade da educação no ensino superior;
- B) a necessidade de considerar aspectos morais;
- C) o diálogo entre a ciência e a moral;
- D) o desconhecimento de princípios éticos e sociais;
- E) a falta de debate de assuntos sobre transparência, honestidade e responsabilidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11 – De acordo com o ECA os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a:

- A) Manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários coletivos, pelo prazo de dezoito anos;
- B) Identificar o recém nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão plantar da mãe; sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente;
- C) Proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém nascido, bem como prestar orientações aos pais;
- D) Fornecer declaração de nascimento onde constem apenas as intercorrências do parto e da alta hospitalar;
- E) Manter alojamento individual, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.

12 – A Lei Nº 10.741/03 institui o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a:

- A) 70 (setenta) anos;
- B) 55 (cinquenta e cinco) anos;
- C) 68 (Sessenta e oito) anos;
- D) 62 (sessenta e dois) anos;
- E) 60 (sessenta) anos.

13 – Segundo a Lei Nº 8.662/93 - que regulamenta o exercício profissional, constituem atribuições privativas do assistente social:

- A) Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- B) Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre qualquer matéria;
- C) Dirigir serviços técnicos de serviço social somente em entidades do terceiro setor;
- D) Elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para assistentes sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao serviço social;
- E) Fiscalizar o exercício profissional através das entidades empregadoras.

14 – O direito à liberdade, citado no estatuto da criança e adolescente, compreende os seguintes aspectos:

- A) Ir, vir e estar nos logradouros públicos e não nos espaços comunitários ressalvados as restrições legais;
- B) Opinião e não expressão;
- C) Crença e segregação religiosa;
- D) Brincar, praticar esportes e divertir-se;
- E) Participar da vida partidária na forma da lei.

15 – A Política Nacional de Assistência Social rege-se pelos seguintes princípios:

- A) Descentralização político-administrativa e territorialização.
- B) Centralidade na família e garantia de convivência familiar e comunitária.
- C) Universalização de direitos e participação da população no planejamento e no controle das ações.
- D) Maximização da eficiência, eficácia e efetividade das ações de assistência social.
- E) Igualdade de direitos no acesso ao atendimento e supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.

16 – Conforme o código de ética, constituem direitos dos assistentes sociais, **EXCETO**:

- A) Desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional;
- B) Inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional;
- C) Desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor;

- D) Livre exercício das atividades inerentes a profissão;
- E) Pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população.

17 – Sobre as garantias processuais contidas no ECA são assegurados aos adolescentes entre outras, as seguintes garantias:

- A) Defesa do advogado;
- B) Assistência judiciária particular e integral aos necessitados, na forma da lei;
- C) Direito de ser ouvido por telefone pela autoridade competente;
- D) Direito de solicitar somente a presença da genitora em qualquer fase do procedimento;
- E) Pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente.

18 – Sobre o direito a saúde, prescrito no Estatuto do Idoso, preencha corretamente as lacunas:

É assegurada a atenção _____ à saúde do idoso, por intermédio do _____, garantindo-lhe o acesso _____ e _____, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a _____, _____, _____ e _____ da saúde, incluindo a atenção _____ às doenças que afetam principalmente os idosos.

- A) Integral, SUS, Universal, Igualitário, Prevenção, Promoção, Proteção, Recuperação, Especial.
- B) Total, INSS, Universal, Diferenciado, Prevenção, Promoção, Cuidado, Restabelecimento, Diabetes.
- C) Integral, PSF, Universal, Igualitário, Primário, Secundário, Cuidado, Recuperação, Especial;
- D) Total, PSF, Universal, Diferenciado, Prevenção, Promoção, Cuidado, Recuperação, Hipertensão;
- E) Total, INSS, universal, Diferenciado, Promoção, Zelo, Prevenção, Cuidado, Geral.

19 – O ECA traz no Art. 124 – São direitos do adolescente privado de liberdade entre outros, os seguintes. Aponte a alternativa correta:

- A) Corresponder-se com seus familiares e amigos através de e-mail;
- B) Avistar-se reservadamente com seu defensor;
- C) Receber visitas, ao menos mensalmente;
- D) Peticionar diretamente só a uma autoridade;
- E) Não ser tratado com respeito e dignidade.

20 – Em caso de suspeita ou confirmação de maus tratos contra o idoso serão obrigatoriamente comunicados pelos profissionais de saúde a:

- A) Autoridade Policial, Ministério Público, Conselho Municipal do Idoso, Conselho Médico, INSS;
- B) Conselho Municipal do Idoso, Conselho Estadual do Idoso, Delegacias, Vigilância Sanitária, Unidades Asilares;
- C) Autoridade Policial, Ministério Público, Conselho Municipal do Idoso, Conselho Estadual do Idoso, Conselho Nacional do Idoso;

- D) Secretária de Saúde, Universidades, Órgão de Proteção ao Idoso, Unidades Asilares, INSS;
E) Ministério Público, Casa dos Conselhos, INSS, Universidades, Vigilância Sanitária.

21 – De acordo com o Código de Ética Profissional, é vedado ao assistente social:

- A) Desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional;
B) Pleitear para si ou para outrem emprego, cargo ou função que estejam sendo exercidos por colega;
C) Pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se trata somente de assuntos de interesse da população quilombola;
D) Utilizar seu número de registro no conselho regional no exercício da profissão;
E) Planejar, organizar e administrar benefícios públicos.

22 – Aos idosos, a partir de 65 anos (sessenta e cinco) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência nem tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal no valor de, nos termos da Loas. Marque a alternativa correta:

- A) ½ SALÁRIO MINIMO.
B) ¼ (UM QUARTO) SALÁRIO MINIMO.
C) 01 SALÁRIO MINIMO.
D) 03 SALÁRIOS MINIMOS.
E) 01 SALÁRIO MINIMO + DEZ PORCENTO;

23 – Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral – para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, tais como:

1. Atendimento Integral Institucional, Casa Lar e Família Acolhedora;
2. Casa de Passagem, Spa, Medidas sócio-educativas restritivas e privativas de liberdade (Semi-liberdade, Internação provisória e sentenciada);
3. República, Família Substitua e Trabalho Protegido;
4. Casa de Passagem, Creches e Unidades educacionais;
5. Albergue, Sítios e Família Substituta;

Estão corretas, apenas:

- A) 1, 3, 4 e 5.
B) 3 e 4.
C) 2 e 5.
D) 1 e 3.
E) 2 e 4.

24 – Conforme o código de ética, constituem direitos dos assistentes sociais, **EXCETO**:

- A) Desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional;
B) Inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional;
C) Desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor;

- D) Livre exercício das atividades inerentes a profissão;
E) Pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população.

25 – Sobre crimes praticados contra a criança e o adolescente, como forçá-los à prostituição ou a exploração sexual, acarretará ao acusado pena de:

- A) Reclusão de quatro a dez anos e multa;
B) Reclusão de três a cinco anos e multa;
C) Reclusão em meio semi-aberto de cinco a oito anos e prestação de serviço a comunidade;
D) Reclusão em meio semi-aberto de três a nove anos e multa;
E) Reclusão de três a dez anos e prestação de serviço a comunidade.

26 – No Código de ética dos assistentes sociais, constituem infrações disciplinares, **EXCETO**:

- A) Exercer a Profissão quando impedido de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não inscritos ou impedidos;
B) Não cumprir, no prazo estabelecido, determinação emanada do órgão ou autoridade dos Conselhos, em matéria destes, depois de regularmente notificado;
C) Deixar de pagar, regularmente, as anuidades e atribuições devidas ao Conselho Regional de Serviço Social a que esteja obrigado;
D) Participar de instituição que, tendo por objeto o Serviço Social, esteja inscrita no Conselho Regional;
E) Fazer ou apresentar, declaração, documento falso ou adulterado, perante o Conselho Regional ou Federal.

27 – São competências e atribuições dos/as assistentes sociais, na política de Assistência Social, com base na Lei de Regulamentação da Profissão, **EXCETO**:

- A) Apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade;
B) Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, construindo as particularidades do desenvolvimento do Capitalismo no País e as particularidades regionais;
C) Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
D) Identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social;
E) Consideração das novas articulações entre o público e o privado (ABEPSS, 1996).

28 – Na implementação da Política Nacional do Idoso, são competências do Poder Público, na área de habitação e urbanismo:

1. Diminuir barreiras arquitetônicas e urbanas;
2. Promover e defender os direitos da pessoa idosa;

3. Incluir nos programas de assistência ao idoso formas de melhoria de condições de habitabilidade e adaptação de moradia, considerando seu estado físico e sua dependência de locomoção;
4. Destinar, nos programas habitacionais, unidades em regime de comodato ao idoso, na modalidade de casas-lares;
5. Elaborar critérios que garantam o acesso da pessoa idosa à habitação de adobe.

Está (ão) correta(s), apenas:

- A) 1.
- B) 1 e 4.
- C) 2, 3, 4 e 5.
- D) 3 e 4.
- E) 2 e 4.

29 – De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), os programas de assistência social:

- A) São definidos, na instância federal, pela coordenação do Fundo Nacional de Assistência Social, sob orientação e controle do Conselho Nacional de Assistência social;
- B) Destinam-se ao enfrentamento da pobreza, com prioridade para a inserção profissional e social;
- C) Assentam-se em mecanismos de articulação e de participação política que permitem a politização de todos os espaços da vida social;
- D) Compreendem ações integradas e complementares que se propõem a subsidiar iniciativas dos grupos populares e seu controle público;
- E) Incluem os programas voltados ao idoso e à integração da pessoa portadora de deficiência, devidamente articulados com o Benefício de Prestação Continuada.

30 – Referenciado pelo direito da criança e do adolescente da autorização para viajar, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece:

1. Nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, acompanhada dos pais ou responsável, com expressa autorização judicial;
2. Viajar na companhia de um dos pais, sem precisar de autorização do outro através de documento com firma reconhecida;
3. A autorização não será exigida quando tratar-se de comarca contígua à da residência da criança, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana;
4. Nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, acompanhada a legalidade da adoção por ascendentes e irmãos do adotando, nos casos de destituição do poder familiar;
5. Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização é indispensável se a criança ou adolescente estiver acompanhado de ambos os responsáveis.

Está(ão) correta(s), apenas:

- A) 3.
- B) 4 e 5.

- C) 1, 2 e 3.
- D) 2 e 4.
- E) 3, 4 e 5.

31 – São considerados serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. Neste sentido, requerem maior acompanhamento sistemático e monitorado, tais como:

- A) Serviço de orientação e apoio sócio-familiar, Plantão Social, Medidas sócio-educativas em meio-aberto (PSC – Prestação de Serviços à Comunidade e LA – Liberdade Assistida);
- B) Plantão Social, Visitas institucionais, Abordagem de Rua;
- C) Abordagem de Rua, Visitas aos CAPS, Plantão social;
- D) Serviço de Habilitação e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência, Abordagem de Rua, Apoio ao PSF em primeiros socorros;
- E) Plantão Social, Visitas às Associações Comunitárias, visitas ao CAPS.

32 – A organização da Assistência Social tem as seguintes diretrizes, baseadas na Constituição Federal de 1988 e na LOAS. Marque a assertiva correta:

- A) Descentralização político-administrativa, cabendo ao Conselho Regional de Serviço Social a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;
- B) Garantir o comando único das ações em cada esfera de governo sendo optativo respeitar as diferenças e as características socioterritoriais locais;
- C) Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- D) Primazia da responsabilidade do Município na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;
- E) Centralidade nas unidades asilares para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.

33 – Em relação à Lei Nº 8.662/93 constituem competências do assistente social, sendo correto afirmar:

- A) Planejamento, organização e administração de serviços sociais e de unidades de saúde;
- B) Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de serviço social;
- C) Dirigir serviços técnicos de serviço social em entidades públicas ou privadas;
- D) Prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- E) Planejar, organizar e administrar benefícios assistencialistas.

34 – Os Serviços Socioassistenciais no SUAS são organizados segundo as seguintes referências:

- A) Vigilância Sanitária, proteção social, defesa psicológica e institucional;
- B) Proteção Social, Defesa Cívica, vigilância social e moral;
- C) Vigilância social, proteção social e defesa social e institucional;
- D) Sistematização de Informações, Vigilância Social, Proteção básica e defesa social;
- E) Produção, Indicadores, Proteção especial e defesa social.

35 – O Código de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão trazem uma determinada concepção de direitos e de cidadania conforme o projeto ético-político profissional, e se pautam pelos seguintes princípios:

1. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que não assegure universalidade de acesso aos direitos, com superação da lógica contratualista do seguro social.
2. Garantia dos direitos civis, incentivo ao autoritarismo e legitimação das políticas sociais como alternativas de direito e de controle democrático.
3. Posicionamento em favor da equidade e da justiça social que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
4. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, com dominação-exploração de classe, etnia e gênero;
5. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.

Estão corretas, apenas:

- A) 1, 3, 4 e 5.
- B) 3 e 5.
- C) 2 e 5.
- D) 1 e 3.
- E) 2 e 4.

36 – A cidadania compreende o exercício pleno das seguintes categorias de direitos:

- A) Sindicais, sociais e civis;
- B) Universais, trabalhistas e políticos;
- C) Humanos, sociais e civis;
- D) Cívicos, políticos e sociais;
- E) Humanos, trabalhistas e políticos.

37 – Acerca dos alimentos é estabelecido no Estatuto do Idoso aos prestadores. Considere a alternativa correta:

- A) Se o idoso ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, é obrigação do vizinho, mais abastado assim o fazê-lo;
- B) As transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante a secretaria de saúde local;
- C) A obrigação alimentar é solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores;

- D) Os alimentos serão prestados ao idoso na forma da lei municipal e de acordo com o conselho do idoso;
- E) As transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça, que as referendará, e passarão a ter efeito junto às “damas de caridade” local.

38 – Em consonância com o Programa Nacional de Direitos Humanos, a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência tem como objetivos:

- A) Mudar as condições e exigências do mercado de trabalho em relação ao portador de deficiência;
- B) Regular a autonomia da pessoa portadora de deficiência no contexto socioeconômico, cultural e político;
- C) Garantir acesso, ingresso e permanência da pessoa portadora de deficiência em todos os serviços oferecidos à comunidade;
- D) Viabilizar as alternativas de inserção econômica da pessoa portadora de deficiência por intermédio de suas entidades representativas;
- E) Instituir critério de seletividade no atendimento dos direitos sociais das pessoas portadoras de deficiência com base nos princípios de acolhimento e humanização da assistência.

39 – Na implementação da Política Nacional do Idoso, são competências do Poder Público:

1. Desenvolver programas que adotem modalidades de ensino presencial adequados às condições do idoso;
2. Reservar obrigatoriamente 30% das unidades residenciais nos programas habitacionais públicos para atendimento prioritário aos idosos;
3. Propiciar ao idoso o acesso aos locais e eventos culturais mediante preços reduzidos;
4. Incentivar os movimentos de idosos a desenvolver atividades culturais;
5. Criar serviços alternativos de saúde para o idoso;

Está (ão) correta(s), apenas:

- A) 1.
- B) 3.
- C) 3, 4 e 5.
- D) 3 e 4.
- E) 2 e 4.

40 – A quem se destina o Benefício de Prestação Continuada (BPC)?

- I. Ao idoso, a gestante e seus filhos emancipados;
- II. A qualquer pessoa com deficiência, ao idoso, e ao nutriz;
- III. À pessoa portadora de deficiência (incapacitada para a vida independente e para o trabalho) e ao idoso;
- IV. A pessoa portadora de deficiência (incapacitada para o trabalho) e contribuinte do INSS e ao idoso.

- A) Apenas a afirmativa I e IV estão corretas;
- B) Apenas a afirmativa II está correta;
- C) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas;
- D) Apenas as afirmativas II e III estão corretas;
- E) Apenas a afirmativa III está correta.